

POR QUE TOMÁS DE AQUINO?

Todos sabem o que Platão disse em sua *República*. Lá, Sócrates, querendo a aceitação do paradoxo de que o governo deveria ser confiado aos filósofos, adverte que de início terá de transpor três *vagas*. Não é menor o número de obstáculos ao se comentar Tomás de Aquino. Quando anunciei a meus alunos o tema do curso, eles protestaram, preferindo:

1º Tratar da doutrina de um jurista ou politólogo especializado. Tomás de Aquino não é nem um nem outro; é teólogo.

2º Que a obra seja científica, construída com base em abundantes dados experimentais e rigorosa lógica. Ao contrário, tento a defesa e a ilustração de um antigo método escolástico, hoje abominado.

E 3º, em qualquer caso, que se tratasse de autor recente, na moda e por dentro de algum tema atual, como “direitos humanos”...

Para começar, vou eliminar o primeiro motivo de recusa. O meio consistirá em percorrer uma parte da obra principal de Tomás de Aquino, aparentemente muito distante do direito e da política e do modo como se escreve sobre o assunto no século XX.

QUAL É O OBJETIVO?

É no começo da segunda parte da *Suma*: I^a II^{ae}, questões I a 5. Antes de tratar das ações humanas, o autor tem o cuidado de indagar previamente sobre o *sentido* delas. Estranho propósito! Há muito tempo ele desapareceu de nossos programas. Nas milhares de circulares recebidas do Ministério da Educação da França, creio que não o encontrei. Deixamos para as criancinhas essas questões fúteis, insolúveis e “metafísicas”!

A surpresa, contudo, está no modo como fala. Sobre esse assunto, ele precisaria ter escrito na primeira pessoa, uma vez que cada um de nós segue os ditames de sua própria consciência, como o Vigário Saboiano; ou melhor, cria livremente para si seu coquetel de “valores” pessoais; a menos que seu “Desejo” o determine. Em *Em busca do tempo perdido*, eu poderia descobrir o sentido da vida de Swann ou da duquesa de Guermantes, supondo-se que a vida deles tenha algum sentido...

Outro é o estilo de Tomás de Aquino: absolutamente impessoal, um amontoado de discussões alimentadas por lugares-comuns extraídos da *Metafísica* ou do *Organon* de Aristóteles. Não se tratará de responder à segunda indagação kantiana: que devo fazer, segundo minha Razão? Nem de nos fazer sentir como o barão de Charlus se comportava num salão. A *Suma* interroga sobre o *Bem* e sua consistência.

Santo Tomás de Aquino ignora a ruptura, realizada por Kant – que procede de outra corrente de teologia –, entre uma Razão *teórica*, cujo fim é compreender as coisas, e a chamada Razão *prática*, pela qual nossa ação seria governada. Para Tomás de Aquino só existe (em cada homem) um único “Intelecto”, “especulativo”; por “extensão”, ele pode servir à prática: *Intellectus speculativus per extensionem fit practicus* (I^a, qu. 79, art. 11). Máxima de Aristóteles. Pois, assim como a Verdade é coincidência de nosso espí-

rito e de nossos discursos com o real (*ens et verum convirtudentur*), o mesmo deve ser dito sobre o Bem; que é Ser, porquanto desejável (*Ens et bonum convirtudentur*). Os homens não criam seus “valores”; eles discernirão o bem nas coisas. Busca puramente teórica. Que ainda não visa nem o brilho nem a novidade. Estejamos prevenidos! É o contrário do romance.

Questão I (*De ultima fine hominis*): Os movimentos das criaturas são explicados por suas *causas finais*. – Em Aristóteles essa proposição resultava da observação da “Natureza”. A própria natureza persegue fins. Evidentemente, nem sempre os atinge; uma planta pode germinar mal, a cópula de dois animais pode engendrar um monstro: não é o caso mais comum. Está claro que a expressão “natureza” é metafórica: só Deus age por intermédio da natureza.

É próprio do homem conduzir-se em virtude de uma escolha refletida; antes de agir ele tem vocação para compreender as causas finais, salvo exceção. No caso, a exceção é de certa forma regra. Temos em comum com os outros animais o fato de a maioria de nossas inclinações ser impensada. Quando um homem cofia a barba (*se fricat barbam*, art. 1) ou põe um pé à frente do outro, não refletirá a cada um de seus passos que está indo para o trabalho, ou que o *jogging* lhe faz bem. Apesar disso, a maioria de nossos atos, pensados em maior ou menor grau, tem um objetivo, e seria conveniente que o homem, esse animal racional, na ocasião tivesse consciência dele.

Sua vida nos parece orientada para uma *multidão* de fins, à primeira vista inclassificáveis. Mas eles se ordenam mutuamente, uns são meios para outros (como o *jogging* para a saúde). Parecem organizar-se hierarquicamente sob uma causa última.

Se procedêssemos ao infinito na busca das causas, o mundo e a tendência à ordem, que acreditamos constatar nele, seriam im-

pensáveis. A busca do fim último é clássica na Antiguidade. Cf. Cícero, *De finibus*. Definir o “Bem” a que tudo aspira.

Essa tese de Aristóteles pode ser aceita em oposição aos ataques dos estoicos: todos os homens aspiram à *felicidade*; os cristãos chamam essa felicidade de *bem-aventurança*.

Questão II: Pergunta-se então em que coisas consiste a bem-aventurança (*De his in quibus hominis beatitudo consistit*). Tema de controvérsias, pois nesse assunto são muito divergentes as opiniões, mais ou menos explícitas, desses ou daqueles. Nenhum dos interlocutores está totalmente errado. É que a maioria olha muito para baixo e, na busca da felicidade, para aquilo que é apenas instrumento da felicidade, ou sua aparência. Passemos em revista os tipos de *coisas* chamadas bens, sem desprezar nenhuma delas, para pormos cada uma em seu lugar em ordem ascendente, que aproxime do fim último.

Os primeiros visíveis, os *bens exteriores*, que veremos ser matéria da arte jurídica. Tal como definido pela *Suma*, direito não é liberdade nem “dignidade da pessoa humana”; tem por objeto a partilha de “bens exteriores”.

Art. 1: a bem-aventurança consiste em riquezas? *Utrum beatitudo homini consistat in divitiis*. É a opinião de uma multidão, multidão de estultos (*multitudo stultorum*). Pois, Refutação: está claro que alimentação, roupas e moradias não são desejados *por si* mesmos; são desejados em vista de outra coisa, que valerá mais: a sobrevivência do corpo, o conforto. Quanto ao dinheiro, porque meio de aquisição dessa primeira espécie de bem, é menos ainda fim em si. Os avaros são imbecis.

Art. 2: a bem-aventurança residirá nas *honras* e funções públicas (outro objeto da ciência do direito)? Na boa reputação, na

glória, com a qual sonham alguns acadêmicos, na falta de dinheiro (*art. 3*)? Na posse do *poder* (*art. 4*)?

A glória e as honras são *signo* (frequentemente ilusório) do sucesso, mais que sucesso propriamente. Haveria ilusão de óptica em buscá-los por si mesmos. Seria abandonar a presa pela sombra.

Segundo nossos politólogos, a partir de Maquiavel, o objetivo supremo dos embates políticos seria a obtenção de *poderes*; na Igreja, o papa e os bispos cobiçam um poder. A potência é atributo de Deus. E, se o poder tem tanta atração, poderia ser porque, obscuramente, gostaríamos de nos igualar a Deus. Mas o termo, por si mesmo, delata sua insuficiência: *Potestas*, próximo de *potentia*. O homem (além de sempre atingir apenas uma potência duvidosa e precária) por definição *pode* agir tanto para a infelicidade dos outros ou para a sua própria, quanto para atingir a felicidade. O poder é neutro; ilógico tomá-lo como fim. Aí está denunciada a loucura do tecnicismo contemporâneo.

... *Art. 6: volúpias*. Os gozos sensuais têm, sobre o dinheiro ou sobre os “poderes”, a vantagem de serem saboreados por si mesmos; ocorre-lhes “absorver o apetite e a razão dos homens”. Não faltaram teóricos à moral do hedonismo, sem dúvida a mais praticada (*delectationes omnia appetunt*).

Inconseqüência: Teria sido mais lógico eles gozarem o sexo ou a comida que compor obras de filosofia. No entanto, elas não faltaram na Antiguidade e, aliás, ofereciam várias concepções da volúpia (ou *delectatio*). Tomás de Aquino conhece suas doutrinas, mas não perde tempo a discuti-las; não foram adotadas na filosofia clássica. A revanche virá mais tarde, com o triunfo, na Europa moderna, do utilitarismo, da aritmética dos prazeres, da idolatria americana do Welfare e da idolatria marcusiana do “orgasmo”, que há vinte anos quase fez da sexologia a rainha das disciplinas...

Onde então, em nosso catálogo, situar essas coisas, os prazeres? Além da inferioridade que lhes cabe por serem fugazes e por

terem “dias seguintes tristes” (*tristes exitus esse voluptatum*), o prazer também não passa de signo, e a razão deveria convencer de que é preferível o significado. – *Item*: os gozos dos sentidos são capazes de satisfazer esse “composto de alma e corpo” que é o animal racional? Aceitará ele ser rebaixado ao nível de uma besta? Os sentidos nos enganam. Racionalmente, aí não está a bem-aventurança.

Etc. Vou pular alguns degraus dessa subida. A essência da bem-aventurança (questão terceira: *quid sit beatitudo*) é menos *Ter bens exteriores* (repetirá Gabriel Marcel) que *Ser, esse – agir* (arts. 1 e 2).

Ainda: Ato da vontade, ou da inteligência? Excluiremos a vontade, porque a vontade é busca de um objeto que lhe é superior – *Se quero dinheiro*, é porque ele ainda não está no meu bolso. Ao passo que o ato da inteligência une ao objeto contemplado (*art. 4*).

Mas nada de “intelecto prático”, que *visé* a uma obra, e não atinja o termo. A maior felicidade está no ato do “intelecto especulativo” (*art. 5*). Esse tema ocupa lugar de honra na obra de Tomás de Aquino – e já na de Aristóteles: primado da especulação. Não significa negação do valor da prática. Ela tem algo de divino, pois em Deus reconhecemos outro atributo, a *bondade*. Trabalhar pelo próximo impõe-se ao homem, no estado de sua vida presente. Mas a própria ação é o *caminho*, e não o atingimento da bem-aventurança. A especulação toca o objetivo.

Caberá, à maneira de Hegel ou mesmo de Aristóteles (*art. 6*), situar o termo felicidade no *bios theoretikos*, vida científica desinteressada: *Utrum beatitudo consistat in consideratione scientiarum speculativarum?* Aí Tomás de Aquino distancia-se de Aristóteles, mostra a incompletude dessas ciências (inclusive a filosofia). As especulações naturais aos homens, que sempre têm ponto de

partida na sensação, os vinculam à matéria, os orientam para o mundo dos corpos. Elas são impotentes para preencher nossa inteligência, que é espiritual.

Bem-aventurança será a visão da essência divina (art. 8). O homem não a atinge nesta terra. Aqui ele sabe se Deus é (*an est*), e não “o que é” (*quid sit*). Essa contemplação é prometida ao homem em outro estado, por vir. Com isso termina a busca, não mais sob a égide de Aristóteles, mas do Evangelho de São João e do livro de Jó – Jó. 17.3: *Haec est vita aeterna ut cognoscat te, Deum verum unum*, João, III, 2: *Cum apparuerit, similes ei erimus et videbimus eum sicuti est*.

Mas, afinal, essa conclusão já não estava presente na literatura pagã? Nos herméticos, na gnose, no neoplatonismo, de que Tomás de Aquino é tributário? Ele não pretende ser original...

Série de truísmos, pensarão. “Dinheiro não traz felicidade” etc. Não convence ninguém. Culpa minha. O pálido resumo que precisei fazer dessas três Questões sacrificou quase todo o seu dinamismo, sua força tranquila de raciocínios, de *equilíbrio*. Adversário do maniqueísmo e do idealismo, Tomás de Aquino não subestima as riquezas, os prazeres do corpo, dá-lhes seu justo valor, que é instrumental (Qu. 4, art. 7). Coisa de que não foram capazes os estoicos e os gnósticos.

Apesar de tudo, esse discurso moral terá deixado a impressão de ser falso. Pregar que nosso bem supremo é a visão da essência de Deus, a nós que somos incapazes de fazer uma oração? O marquês de Sade e o amante de Lady Chatterley são menos utópicos...

Em Tomás de Aquino toda Palavra é feita para ser posta em prática: *Estote factores Verbi*. Sob essa série de deduções aparentemente frias ardia uma chama interior. Como demos de introduzir

nele eventuais leitores que, supostamente, o conhecem mal, daremos agora uma nota sumária sobre sua *vida*.

ESBOÇO DE BIOGRAFIA

Estou assustado: uma vida de santo. Falta-lhe algum acontecimento capaz de figurar em manchetes de jornais. Tanto que em seu processo de canonização (c.1323) faltavam milagres. O papa João XXII resolveu o problema argumentando que os milhares de artigos da *Suma* eram milagres. *Tot articula, tot miracula*. Falta provar.

Ele nasceu em 1225, de uma poderosa família fidalga, de tendência gibelina, ou seja, na época de seu nascimento, fiel ao imperador Frederico II. Enviado com cerca de 5 anos à abadia de Monte Cassino, para mais tarde tornar-se seu abade; sem dúvida lá fez excelentes estudos de latim.

É então que os exércitos imperiais assolam a abadia, e com 14 anos ele prossegue os estudos em Nápoles, onde está sediada a corte de Frederico II e são acolhidos os sábios do Islã e de Bizâncio. Um dos crisóis dos quais saiu o renascimento das artes profanas.

Com 19 anos, decide ser dominicano. Aqui, seus hagiógrafos inserem uma pequena história edificante: a família de Tomás se opõe à sua vocação, ele é levado embora e trancafiado numa torre do castelo de Rocca-Sierra. Uma noite seus irmãos foram oferecer-lhe um jantar suntuoso e depois, desaparecendo, introduziram lá uma bela moça nua. Tomás pega na lareira um tição ardente e com ele ameaça a moça, que foge gritando; ele roga a Deus que o cure do apetite para a concupiscência. Acerca disso, os eruditos manifestarão ceticismo, mas, desde que se passou a valorizar a história “das mentalidades”, eles notam a congruência dessa história com os costumes feudais.

Comentário

É plausível que a família fosse contrária à sua vocação. Os dominicanos pretendiam ser *pobres*, não buscavam *honorarias*.

A Ordem dos Irmãos Pregadores, instituída em 1217 por São Domingos, adotou o objetivo de lutar contra as heresias, mas de um modo novo. A opção pela cruzada mostrara-se insuficiente, e não parece que a intenção de São Domingos fosse uma ordem de inquisidores. Ele optou pela pregação, pelo exemplo da vida pobre e pela controvérsia. Naquela época não faltavam muçulmanos e judeus instruídos. Seria cabível que os católicos continuassem a ser os mais ignorantes e vencidos na discussão? Propósito que implica um esforço de educação filosófica. Os dominicanos entregaram-se ao *estudo*.

Depois que sua família se tornou mais leniente (entrementes se aliara ao partido do papa), o noviço Tomás foi enviado à Universidade de Paris, Paris de São Luís e de Notre Dame, centro intelectual da cristandade (1245). Teve por mestre Alberto Magno, também ele oriundo de uma grande família fidalga alemã, ardente defensor dos estudos e comentador de Aristóteles. Tomás de Aquino segue-o a Colônia (1248); quatro anos depois é chamado de volta à Universidade de Paris, lê e comenta as Sagradas Escrituras, os Pais da Igreja e o manual de teologia constituído pelas *Sentenças* do bispo Pedro Lombardo (de inspiração agostiniana); e cada vez mais obras de Aristóteles.

Uma parte do clero se opõe, pois era hostil à restauração dos estudos profanos e à entrada dos irmãos pregadores e dos franciscanos no corpo universitário. Mas uma grandeza da cristandade medieval era então dispor (ao contrário dos poderes temporais) do outro tipo de poder, que Auguste Comte chama de espiritual, e ao que parece ele nunca foi mais bem exercido do que no século XIII.

Depois de ter freado durante muito tempo a invasão da educação dos clérigos pela doutrina pagã trazida pelos muçulmanos, o papado logo percebeu que a Igreja não ganhava nada, mas perdia muito, desprezando a filosofia profana. O século XIII teve grandes papas, mais cultos que nossos Ministros da Educação. Na época da vida de Tomás de Aquino: Alexandre IV, Urbano IV, Clemente IV. A história mal conservou seus nomes. Mas a eles se devem a compreensão do que estava em jogo na empreitada e a decisão de sustentá-la. Assim foi encomendada a Tomás de Aquino sua primeira *Suma* (*contra gentiles*, que opõe à heresia e à descrença as razões dos filósofos), e ele é chamado à Itália junto à Cúria Pontifícia (1260). Então ensina e trabalha em Anagni, Orvieto, Viterbo e mesmo em Roma. Talvez tenha ditado a Primeira Parte da *Suma teológica* no plácido convento de Santa Sabina em Roma.

Paris continuava, contudo, sendo o coração dos estudos teológicos. Ali surgiu uma crise. Sigério de Brabante e Boécio de Dácia deixaram-se subjugar pelas teses do “Comentador” (Averróis), ameaçadoras para a fé cristã, com o risco de professar o sistema da “dupla verdade”: uma para a Razão natural, outra imposta aos cristãos pela Revelação. O poder espiritual percebe o perigo dessas doutrinas; elas arruinam a crença no Deus criador, assim como em nossa liberdade, sem a qual não há moral. Eis que Tomás de Aquino é enviado a Paris por seus superiores (1269); vai refutar os erros dos averroístas, sem nenhuma concessão à facção contrária, dos detratores da filosofia. Bastará restabelecer a verdadeira doutrina de Aristóteles, travestida por Averróis, sobretudo os textos autênticos. Não existe “dupla verdade”. Posição saudável, equilibrada, que teve pouco sucesso na Faculdade Parisiense de teologia. Várias teses de Tomás de Aquino serão condenadas, de cambulhada com as dos averroístas, pouquíssimos anos depois de sua morte, pelo bispo Etienne Tempier; logo depois, em Oxford.

A seguir, Carlos de Anjou, irmão de São Luís, tomou o poder em *Nápoles*, sustentado pelo papado. Tem a ambição de restaurar em sua capital um centro cultural brilhante, como no tempo de Frederico II, e exige a colaboração de Tomás de Aquino, que será de novo enviado à cidade (1270). Para morrer quatro anos mais tarde, a caminho do concílio de Lyon.

Deixava uma obra colossal: Comentários da Santa Escritura, de textos patrísticos, das *Sentenças* de Pedro Lombardo (na forma já mais livre e já alimentada de aristotelismo), de Boécio, Dionísio, o Areopagita, sobretudo das obras de Aristóteles. *Questões disputadas*, *De Trinitate*, *Summa contra gentiles* etc.

Por fim, a *Suma teológica*, “para uso de iniciantes”, à qual recorreremos mais, já que somos “iniciantes”. De uma abrangência enciclopédica. Os conhecimentos de Tomás de Aquino são de uma vastidão gigantesca, e prodigioso é seu gênio para organizá-los. Frequentemente a *Suma* foi comparada a uma catedral. Numa catedral representa-se o universo: Deus para o qual os olhares convergem (I^a, qu. I, art. 7); mas, a exemplo dos filósofos, a “doutrina sagrada” considera “*todas as coisas* em relação a Deus *omnia sub ratione Dei* (*ibid.*). Deus é o *alfa* e o *ômega*. Nada há que d’Ele não proceda e que não se incline, mais ou menos confusamente, a voltar a Ele; nada tem sentido senão em função de Deus, e não de projetos gratuitos do homem. Todas as coisas são matéria de teologia.

Donde o plano da *Suma*, a síntese mais ampla jamais edificada. Em comparação com ela, as que Auguste Comte e Hegel se esforçarão por reconstruir no século XIX, eivadas de antropomorfismo, serão deploráveis; mais ainda os alentados volumes editados com esse rótulo pelo cientificismo contemporâneo.

Depois da primeira questão em que são determinados o objeto da “doutrina sagrada” e o método por seguir, *Deus*, o incognoscível, o que se pode dizer a respeito. Sua criação, desde os anjos, as

coisas materiais, até os homens – suas faculdades sensitivas e intelectuais, uma teoria do conhecimento –, suas inclinações naturais. O governo do Universo, suas mudanças, a ordem providencial.

Segunda parte: Os *atos dos homens* ordenados para seu fim supremo – causas desses atos –, paixões, jogo de razão e vontade, pecado, mal e pena e “leis” da conduta humana. E em II^a II^{ae}, caracteres – virtudes e vícios –, diferentes modos de vida etc.

A terceira parte, mais teológica (no sentido restrito a que nosso uso reduziu esse termo), falará da Salvação trazida por Cristo, da Encarnação, da Redenção, da Igreja e dos sacramentos; devia concluir-se com os fins últimos, caso Tomás de Aquino tivesse desejado levá-la a termo.

Pois aí vem o último episódio notável, que encerrará esta biografia. Com 45 anos, ao sair de uma hora de preces, bem no meio da terceira e última parte, ainda que seu vigor intelectual permanesse íntegro, Tomás de Aquino anuncia aos próximos a decisão de deixar a *Suma* inacabada, porque toda a sua teologia lhe parece “palha”... Tal foi o veredicto pessoal de Tomás de Aquino sobre sua obra.

* * *

Deve valer principalmente por isso. A mim mesmo fiz essa pergunta, pois enquanto escrevia não parei de ruminar as objeções do editor: outro livro sobre Tomás de Aquino atingirá o público culto das Presses Universitaires de France, em primeiro lugar os juristas, e também as pessoas respeitáveis?

1) Pressinto perfeitamente a resposta de meus colegas juristas. Há razões para que seja negativa. O que contou nessa vida? Contaram pouco as *riquezas* “exteriores” em torno das quais gira a ciência do direito. Tomás de Aquino viveu pobre. Não tanto

quanto Francisco de Assis. Ocorreu-lhe adquirir manuscritos, que lhe serviram de instrumentos. E veremos que ele justifica as propriedades dos laicos e dos clérigos seculares, sem lhes atribuir importância.

Contaram muito menos as *honorarias*. Ele recusou a mais honrosa das abadias beneditinas; mais tarde, o arcebispado de Nápoles que lhe foi oferecido pelo papa Clemente IV. Embora tivesse a estima de São Luís e de seu irmão Carlos de Anjou, ninguém o viu frequentar suas cortes. Frequentando apenas a Sagrada Escritura, os Pais da Igreja, Aristóteles... que contribuição dará a juristas e politólogos?

2) Na ausência destes, sua doutrina reterá a atenção dos “intelectuais”, ou – não sejamos ambiciosos demais quanto à tiragem deste livro – dos “intelectuais católicos”? Obstáculo importante: Tomás de Aquino se nos mostrou gravemente contagiado pelo vírus que os progressos da medicina e da técnica contemporâneas quase fizeram desaparecer: a paixão pelo conhecimento de uma Verdade vã. Acabamos de vê-lo afirmar o primado da “*vida especulativa*” sobre a vida ativa.

Convenhamos que ele se defendeu de não ter participado da vida ativa. O que ele entende com isso? O ensino! O primeiro e mais necessário dos serviços que se presta ao próximo, segundo preceito do Evangelho, seria o de auxiliar nos estudos! O que pode haver mais fora de moda? A própria palavra especulação tornou-se pejorativa, sinônimo de abstração vazia, de fuga à realidade. A *Suma teológica* empenha-se em nos perder em abstrações. Partindo do princípio de que para a ciência é impossível atingir o concreto, o fato singular, ela girará em torno das “razões permanentes” das coisas. Renuncia a ensinar qualquer coisa sobre as situações particulares às quais se relaciona a ação.

A Escolástica do século XVI, os casuístas celebrizados pelas *Provinciais* de Pascal e seus sucessores (ainda os há) pretenderam extrair da *Suma* regras de conduta moral. Foi um contrassenso. A *Suma* também não se assemelha a nossas ciências positivas experimentais, auxiliares da técnica, cuja única razão de ser é servir ao desenvolvimento do maquinismo.

Daí a ignorância em que nos encontramos atualmente acerca de seus escritos. Não decorre do fato de nos faltar tempo de ler. Mas nos abstivemos de ler, porque estamos imbuídos de moral utilitarista e apegados ao “primado da *Praxis*”! Até os cristãos. Foi do Evangelho ou da Torá que saiu o preceito do serviço ao próximo: cuidar dos doentes, alimentar os pobres e visitar os prisioneiros – mais que seguir as errâncias dos filósofos gregos, aqueles ociosos. Não tenhamos ilusões. Muitos clérigos da Igreja Católica detestam Santo Tomás de Aquino, mas nem sempre confessam. Assim como, no início do século XIV, os franciscanos espirituais rejeitavam sua obra.

[...] “Luxúria do saber [...] Do saber em si [...] Não era luxúria, a sede de conhecimento de Roger Bacon, que queria usar ciência para tornar o povo mais feliz [...] Luxúria dos livros [...] Como todas as luxúrias, como a luxúria de Onan que despejava no chão sua própria semente, luxúria estéril.¹

Se Tomás de Aquino ainda estivesse vivo, eles reiterariam do fundo do coração a condenação que o bispo Etienne Tempier impôs a suas obras em 1277.

Voltemos aos laicos. Há pior: essa doutrina é *teológica*, é discurso sobre *Deus*. Os estudos especulativos, hoje mortos, procediam de um movimento da vontade que leva a compreender a

¹ Umberto Eco, *O nome da rosa* (trad. para o francês: Schifano), p. 401.

grandeza da criação, para elevar-se a Deus. A chave da vida especulativa é o amor a Deus, arquiteto do mundo. A *Suma* é também uma prece.

De resto, ao esboçar há pouco a vida de Tomás de Aquino, omiti o essencial. Suas obras mais comoventes são os singelos e maravilhosos poemas sobre a Eucaristia. Todos os seus amigos testemunharam que ele passava horas em adoração diante do crucifixo. Não é verdade que tenha dedicado todas as energias apenas às ciências especulativas. Está em busca daquilo que mostrou ser a *bem-aventurança extrema*. Afinal de contas, o próprio Aristóteles reconhecia que no Universo todas as coisas tendem a Deus, pedra angular de seu discurso filosófico.

Além de não ter competência para falar de santidade, acabo de me afundar nela. O que é que nós temos que ver com mística na era do computador? Deus foi expulso da literatura. Gagárin não o encontrou quando viajou perto da Lua, nem Jacques Monod em suas retortas. Os que pontificam na televisão se enrubesceriam de pronunciar seu Nome sem um sorriso liberal e condescendente. Acabou-se o tomismo. Têm razão. Teria sido melhor propor um livro sobre Kelsen.

3) Pois bem! Como o leitor deve ter entendido, essas foram precisamente as razões de nossa escolha. Porque consideramos inepto esse discurso cientificista, imbecil o tecnicismo, absurda a máxima de que agora o homem deveria “transformar o mundo” antes de tê-lo entendido; débil esse ativismo cego. E a “morte de Deus” significa uma vida vazia de sentido.

Por outro lado, insatisfatória a balbúrdia das doutrinas que se destroem mutuamente. Só se sabe “desconstruir”, um após outro, todos os sistemas herdados da época moderna, racionalismo, historicismo, positivismo, progressismo. Isso dá vontade de procurar

em outro lugar. Por que não naquela tradição aristotélico-tomista, que o século XVII descartou com pressa excessiva?

4) Quanto às ciências do direito e da política, vejamos o que percebemos depois de tê-las frequentado um pouco: que elas, principalmente, sofriam da alta de uma filosofia. Por certo dão a impressão de que vão bem das pernas. Avolumam-se e, insanamente, inflam as horas de aulas; mas, assim como as técnicas, já não sabem de onde saem nem para onde vão. Não há um único manual que defina as finalidades da política nem claramente as fronteiras do direito. Esta obra trará muitos exemplos dos desvarios provocados nessas ciências pelo esquecimento dos princípios. Elas estão doentes da cabeça: falta-lhes o elementar.

Onde encontrar o remédio? Determinar o objeto do direito e da política, seus fins e meios específicos não é trabalho de juristas. A experiência mostra que eles os *recebem* de uma ciência superior, outrora chamada “arquitetônica”. Assim como o arquiteto distribui entre diferentes ofícios seus respectivos lugares e papéis, a filosofia atribui um campo a cada ciência. Com a condição de que ela contenha uma visão global do mundo, em que estejam organizadas as ações humanas, bem como as artes das ciências que lhes correspondem. Dissemos anteriormente por que os sistemas de Auguste Comte e Hegel, ainda que se pretendessem enciclopédicos, nos pareciam não atingir o objetivo. Precisando centrar este curso de filosofia do direito num texto, escolhi a *Suma teológica*.